



# Prefeitura Municipal de Buerarema

Portaria

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BUERAREMA</b> AV. GÓES CALMOM, 591, BUERAREMA – CEP: 45615-000 CNPJ: 13.721.188/0001-09	 <b>BUERAREMA</b> PREFEITURA
---	---

<b>PORTARIA :</b>	003/2021	<b>LICENÇA AMBIENTAL</b> <b>- LA -</b>	<b>VALIDADE:</b> 24 MESES <b>PROCESSO:</b> 2021/SADMMMA/L <b>CONDICIONANTES:</b> A/003 (vide-verso)
-------------------	----------	---	---

<b>EMPREENDEDOR</b> <b>NOME:</b> POSTO CACAU COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA <b>OBJETO DA AUTORIZAÇÃO:</b> LICENÇA AMBIENTAL UNIFICADA – LU <b>ENDEREÇO:</b> RODOVIA BR 101, Km 528, CEP: 45.615-000 – BUERAREMA-BAHIA. <b>CNPJ:</b> 15.500.981/0001-03
---

<b>EMPREENDEDOR</b> <b>NOME:</b> IVAN LUIZ EVANGELISTA DE SOUZA <b>ATIVIDADE PRINCIPAL:</b> COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS <b>ENDEREÇO:</b> RODOVIA BR 101, Km 528, CEP: 45.615-000 – BUERAREMA-BAHIA <b>CNPJ:</b> 242.664.265-34
---

<b>BUERAREMA-BA, 25 de Novembro de 2021</b>	<b>PREFEITO:</b> Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira	<b>SECRETÁRIO:</b> Isaac José dos Santos Neto
---	---	--

Isaac José dos Santos Neto  
Secretário de Meio Ambiente  
Portaria nº 01/2021

# Prefeitura Municipal de Buerarema

## CONDICIONANTES – POSTO CACAU COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA

### PROCESSO Nº 2021/SADMMA/LA/003

1. Operar e manter em condições adequadas de funcionamento os equipamentos e sistema de detecção de vazamento e transbordamento;
2. Transportar produtos perigosos Classe 3 (líquido inflamável) com empresas de transportes devidamente licenciadas;
3. Colocar em prática os planos anexos ao processo como: PGRS; APR; PEA; PCA;
4. O empreendimento deverá estar de acordo com a Legislação Ambiental Federal, Estadual e Municipal sendo que todos os critérios deverão ser fiscalizados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, INEMA ou outro órgão de competência comprovada;
5. O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada assegurada o princípio do contraditório ressalvadas as situações de emergência, poderá a qualquer tempo, modificar as condicionantes e as medidas de controle, adequação do empreendimento, suspender ou cancelar a licença expedida, quando ocorrer entre outros:
  - I. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou infração as normas legais ou
  - II. Superveniência de graves riscos ambientais ou à saúde
6. Armazenar em recipientes e em local coberto e com canaletas de contenção do óleo lubrificante usado proveniente dos veículos e coletados periodicamente dos reservatórios de óleo, separadores de água/óleo e encaminhando para reciclagem ou disposição final em instalação ambientalmente adequada, apresentando documentação comprobatória conforme estabelecimento na resolução CONAMA Nº 09/93;
7. Fornecer e exigir o uso de imediato aos funcionários dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, adequados e compatíveis com o exercício de suas funções e fiscalizar o seu devido uso, Norma regulamentadora – NR 06 de 08/06/1978;
8. Promover o treinamento dos funcionários, visando orientar a adoção de medidas de prevenção de acidentes e ações cabíveis imediatas para controle de situações de emergências de risco.
9. Operar e manter em condições adequadas de funcionamento o sistema de combate a incêndios, realizado anualmente a devida manutenção dos equipamentos.
10. Informar imediatamente aos órgãos competentes qualquer acidente ou ação que degrade ou polua, direta ou indiretamente o meio ambiente em área direta ou indireta de influência do empreendimento, resultante das atividades de operação.
11. Esta licença referisse a análise de viabilidade ambiental de competência da Secretaria de agricultura e Meio Ambiente, cabendo ao interessado obter a anuência e/ou Autorização das outras instâncias o âmbito Federal e Estadual, quando couber para que o mesmo alcance seus efeitos legais.
12. Quando da utilização de sistema de troca de óleo de veículos, proceder a manutenção nas caixas separadoras de óleo do sistema;
13. Promover previamente descarte ou utilização das embalagens de lubrificantes o completo escoamento dos resíduos, através de perfuração e amassamento das embalagens, impossibilitando assim a reutilização inadequada, dando os mesmos o destino adequado inclusive aos princípios da logística reversa.
14. É nula de pleno direito a licença expedida com base em informações ou dados falsos, enganosos ou capazes de induzir a erro, não gerando a nulidade qualquer responsabilidade civil para o poder público em favor do empreendedor
15. A constatação de contaminação das águas subterrâneas após a entrada em operação do empreendimento deverá ser de imediato comunicado ao Órgão Ambiental e Municipal, ficando a empresa obrigada a arcar com todos os custos decorrentes da recuperação dos recursos naturais atingidos e de outros danos.
16. Apresentar Cadastro Estadual de Atividades Potencialmente Degradoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais- CEAPD/INEMA. Prazo 30 dias
17. Apresentar Certificado de Posto Revendedor da ANP. Prazo 60 dias
18. Apresentar AVCB. Prazo 90 dias e anualmente apresentá-lo.
19. Apresentar PPRA anualmente
20. Conforme legislação vigente a empresa deverá requerer \ próxima licença com antecedência mínima de 120 dias da expiração do prazo de validade.

**O descumprimento das condicionantes estabelecidas nesta licença. Estará sujeita as medidas administrativas previstas na Lei Municipal nº 723/2016. Que prevê multa por infração e o cancelamento desta licença.**